

Planalto quer criar clima de 'já ganhou' para 5 anos

CLÓVIS ROSSI
Da Reportagem Local

O Palácio do Planalto evitou comemorar ruidosamente o fato de que a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), que dá cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, chegou a 317 assinaturas, 37 a mais do que a maioria absoluta do Congresso constituinte (280 parlamentares), mas, na intimidade, está seguro de que as assinaturas significarão de fato votos na hora da verdade: acontece que uma pesquisa feita pela empresa LP&M para o Planalto, antes mesmo de completada a coleta de assinaturas, indica que mais de 50% dos constituintes votarão pelos cinco anos.

Essa convicção é também parte de uma guerra psicológica para criar o clima do "já ganhou" e influenciar constituintes indecisos, na qual se envolveram os ministros políticos de confiança do presidente, superando até mesmo a prostração inicial de Sarney.

A mudança do humor palaciano aconteceu na noite de quinta-feira, 7 de janeiro, em que oito ministros se reuniram com Sarney, no Palácio da Alvorada, para o que foi batizado oficialmente de "análise da conjuntura". Na prática, foi o episódio essencial com o qual ministros como Prisco Viana (Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente) e Antônio Carlos Magalhães (Comunicações) conseguiram convencer Sarney a romper a sensação de cerco que o presidente emitia por meio de uma vigorosa contra-ofensiva em favor dos cinco anos.

O raciocínio básico para a contra-ofensiva é do ministro Antônio Carlos Magalhães, que não se cansa de dizer

a seus íntimos que a maioria dos políticos é fisiológica e, portanto, suscetível de ser cooptada por favores do governo.

Rádios e verbas

Os favores vieram, pelo menos na área de Antônio Carlos, na forma da concessão de emissoras de Frequência Modulada para, no mínimo, seis parlamentares, sem respeitar fronteiras partidárias. Até dois deputados do PDT, João de Deus (RS) e Feres Nader (RJ), foram contemplados com rádios FM e aderiram à emenda dos cinco anos, em cristalina comprovação de que a tese de ACM sobre os políticos corresponde aos fatos: os dois foram ameaçados de expulsão do partido, mas preferiram o favor governamental à obediência à posição partidária.

Esse pragmatismo marcou a ação também de pelo menos um dos governadores que se definiu publicamente pelos quatro anos: Orestes Quércia (SP). Em mais de uma conversa com peemedebistas de São Paulo, Quércia disse que a única coisa que lhe interessava era manter aberta a torneira de verbas federais para São Paulo.

Para isso, Quércia, enquanto passava a falar sempre em quatro anos, a partir de 29 de dezembro, liberava a bancada paulista para assinar ou não a emenda, conforme a disposição de cada parlamentar. Resultado: até o presidente do PMDB paulista, Aírton Sandoval, o homem que hospedava Quércia quando ele ia a Brasília, antes de se eleger governador, assinou.

Assinaram também outros "quer-cistas" como Manuel Moreira, Theodoro Mendes e Paulo Zarzur, para não mencionar o coordenador da



Carlos Sant'Anna, Edison Lobão, Sarney, Matheus Iensen, Milton Reis e Alexandre Pusyna (esq. para dir.) reúnem-se no Palácio do Planalto, em Brasília

bancada de São Paulo, Roberto Rollemberg.

A derrota como argumento

Em favor de um mandato de cinco anos, o Palácio do Planalto acenou, sempre, com um argumento de absoluto pragmatismo, sem se preocupar com posições doutrinárias. O

raciocínio que a Folha ouviu, mais de uma vez, no palácio, é este: com o desgaste do governo (medido em pesquisa feitas pelo próprio Executivo), ao qual está associado o PMDB, o único beneficiário de uma eleição a curto prazo seria o presidente do PDT, Leonel de Moura Brizola, inimigo de ambos, Planalto e PMDB.

Essa argumentação foi aceita por Quércia, por exemplo, que saiu de uma audiência com Sarney, no dia 6 passado, defendendo o apoio do candidato peemedebista ao governo, sob a alegação de que não adiantaria fazer um discurso oposicionista, porque ninguém seria mais oposicionista do que Brizola.

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, foi na mesma direção, ao dizer, depois de se reunir com seu colega do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, no dia 12: "O PMDB sofreu muito com a política econômica defeituosa do governo e não está em condições de enfrentar eleições já".

'Históricos' não sabem como reagir à ofensiva

A emenda Matheus Iensen (PMDB-PR) pode não significar ainda a vitória definitiva dos cinco anos, mas representou um golpe psicológico forte no ânimo dos quatroanistas, especialmente entre os chamados "históricos" do PMDB, defensores infatigáveis dos quatro anos.

"O PMDB ficou responsável pelos cinco anos e a opinião pública tem que cobrar dele", chega a dizer o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do partido no Senado. É quase uma confissão de derrota, ainda que Fernando Henrique procure embrulhá-la na afirmação de que assinaturas de apoio à emenda podem não significar votos.

Ele cita como exemplo o deputado Aírton Sandoval, que assinou, mas garantiu a Fernando Henrique que não decidiu como votará no plenário.

Os "históricos" passaram a apostar em uma eventual pressão da opinião pública sobre os constituintes, para tentar reverter o quadro que parece desfavorável aos quatro anos. Mas a mobilização para essa pressão esbarra nas divergências entre os grupos quatroanistas.

O caso do "Dia Nacional de Advertência", marcado para 4 de março, como coroamento de manifestações a favor dos quatro anos, ilustra as divergências: em vez de se armar um palanque único, com todas as lideranças que defendem eleições em 88, preferiu-se deixar que cada uma delas organize, isoladamente, as



O senador Fernando Henrique Cardoso

manifestações nos seus Estados. Com isso, evita-se, por exemplo, que Fernando Henrique e o senador Mário Covas, líder do PMDB no Congresso constituinte, tenham que subir ao mesmo palanque de Leonel Brizola e Luis Inácio Lula da Silva, o líder do PT no Congresso constituinte e único candidato formalmente lançado à Presidência da República.

Pior ainda: os "históricos" acaba-

ram caindo em uma armadilha de múltiplas faces. Quando decidiram, no dia 9, tentar convocar uma reunião do Diretório Nacional do PMDB destinada a fixar uma posição partidária pelos quatro anos, ainda não havia a sensação de vitória da tese dos cinco anos. Agora, o risco é o de perderem até no Diretório Nacional.

Mais: Fernando Henrique admite que, derrotados, os "históricos" deveriam deixar o partido, o que seria mais fácil se a eleição presidencial fosse em 88. "Sair a frio, se não houver eleição presidencial, é complicado porque faltaria o elemento galvanizador de um novo partido que seria a eleição", afirma o senador paulista.

O jogo da inflação

A esperança dos quatroanistas deslocou-se mais para o território da economia do que para o plenário do Congresso constituinte. Eles — e também importantes assessores da Presidência — supõem que, se houver uma disparada inflacionária até o momento de votação do mandato, o quadro pode voltar a mudar.

O deputado federal Ricardo Izar (PFL-SP), um dos coordenadores do Centrão, o bloco suprapartidário que mais assinaturas levou à emenda dos cinco anos, reconhece: "Se os preços estourarem, estoura todo o mundo para os quatro anos".

Até o ministro da Fazenda, Mailson

Ferreira da Nóbrega, faz esse cálculo. A Folha apurou que a sua pregação, junto ao próprio governo, é clara: "Se o governo demonstrar que retomou o controle da situação, fica cinco anos. Se não, merece terminar em quatro anos".

O problema é que Mailson não se anima a fazer previsões a respeito do comportamento dos preços a mais longo prazo. Imagina que janeiro fechará com algo próximo de 14%, o mesmo patamar de dezembro, já absorvido pela opinião pública. Sabe, entretanto, que, no Ministério do Planejamento, trabalha-se com 18% para fevereiro e 20% para março, mas sabe, também, que esses números surgiram antes da troca de comando na Fazenda.

Por tudo isso, a indefinição em torno do mandato continua, a rigor, mais ou menos do mesmo tamanho em que estava ao se instalar o Congresso constituinte, em fevereiro de 87. Supunha-se, naquele momento, que havia um relativo equilíbrio entre os dois lados, o que acabou podendo ser medido, na prática, apenas a 15 de novembro, quando a Comissão de Sistematização votou o tema: deu 48 a 45 pelos quatro anos, comprovando o equilíbrio inicialmente suposto.

A emenda Matheus Iensen não chega a desfazer plenamente a sensação de equilíbrio, mas pôs o favoritismo do lado dos derrotados na Sistematização. (Clóvis Rossi)